

Volta ao Começo

JORNAL DO BRASIL 28 SET 1996

Divida Pública
A moratória de 90 dias que o Conselho Monetário Nacional concedeu aos estados em débito junto aos bancos federais — pleito do governador Marcello Alencar, que o protesto do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez estender a todos os que renegociarem suas dívidas — comprova a dramática situação das finanças estaduais.

Os governadores bateram às portas da Caixa Econômica Federal, do BNDES e do Banco do Brasil no começo do ano para levantar recursos e quitar salários atrasados do funcionalismo, inclusive o 13°. Há um ano a receita dos estados não dava para pagar o funcionalismo; um ano depois continua insuficiente para pagar os salários e os altos juros desses empréstimos.

Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Piauí e Minas já fecharam acordos de renegociação de débitos com a União, mesmo sem avançar nos programas de privatização, com a venda de empresas para cobrir os

rombos deixados por administrações anteriores.

O Congresso demora a votar a reforma administrativa. Sem ela, os estados têm poucas possibilidades de cortar para valer as despesas. Na maioria dos estados, a folha de pessoal passa dos 80% da receita, acima do teto constitucional de 60%.

A moratória de 90 dias permite aos estados pôr os salários em dia e garantir o pagamento do 13°. Mas pouco valerá se não houver esforço concentrado dos governadores para sensibilizar as respectivas bancadas estaduais a aprovarem as reformas administrativa e tributária no Congresso.

Só com o corte de privilégios, remanejamento de funcionários e dispensa de pessoal, os governadores vão ter condições de fechar acordos de renegociação de dívidas com a União, sem o risco de voltarem a pedir nova moratória daqui a 180 dias, com uma dívida ainda maior.